



SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL E O PADRÃO XBRL

Frank William Miranda de Carvalho¹

¹Analista de Sistemas,

E-mail: frankmirandacarvalho@gmail.com

INTRODUÇÃO

O XBRL é uma modelo emergente e flexível do formato internacional eXtensible Markup Language (XML), sua necessidade foi devida a padronização de um modelo seguro para o envio de informações do setor financeiro. O desenvolvimento começou na década de 1990, nos EUA, pelo contador *Charles Hoffmann*. Ele que propôs seu modelo conceitual, que em 2009 tornou-se um modelo referencia. Os primeiros países a adotaram esse padrão foram o Japão e Alemanha posteriormente contiveram a participação de mais de 40 países. O Brasil está à frente dos demais países em se tratando da América Latina, uma vez que já foi desenvolvida uma taxonomia para o País, na qual foi supervisionada pelo *XBRL Institute*, sediado nos Estados Unidos. No Brasil as pesquisas sobre XBRL foram iniciadas pelo TECSI-FEA-USP, sob a orientação do Prof. Edson Luiz Riccio, no ano de 2001.

É também desse grupo de pesquisas (TECSI-FEA-USP) que se origina a primeira taxonomia brasileira. Seu principal objetivo é a padronização internacional de divulgação dos demonstrativos financeiros, independente da organização seja ela privada ou pública. O XBRL International é composto por um consórcio global com mais de 300 organizações que representam praticamente todos os componentes das entidades reguladoras contábeis e financeiras. Sua composição é formada por governos, entidades reguladoras, organismos econômicos, bolsas de valores, contabilistas, auditores,

empresas, bancos e avaliação do risco de crédito, analistas de investimento, programadores de software e organismos de normalização contábil. Os membros do consórcio global XBRL International comprometeram-se a estabelecer um consenso com base em um formato único para compartilhar informações e idéias. Suas principais difusões são compostas:

- Desenvolvimento e Evolução do XBRL no Brasil;
- Contribuição para o modelo internacional;
- Orientar os benefícios para o governo e as organizações privadas.

METODOLOGIA

O trabalho é um resultado da realização de uma extensa pesquisa bibliográfica sobre o conceito técnico e histórico do padrão XBRL. A construção desta produção Seguiu o conceito de uma pesquisa exploratória obtendo informações e dados que fundamentasse ao máximo a confecção desta obra, sua pesquisa teve como foco amostral sobre o tema. Na coleta dos dados, no primeiro momento buscou a identificação de obras conceituais e referenciais de artigos, livros e estudiosos que alicerçaram a elaboração e contribuíram sobre o tema pesquisado.

DESENVOLVIMENTO

A falta de padronização das informações publicadas na internet é o que dificulta o acesso e a interação com as informações. Dessa maneira, muitos têm adotado o padrão XBRL como uma das alternativas que podem ser utilizadas para a padronização internacional.

De acordo com Moreira, Riccio e Sakata (2007), o XBRL elimina a necessidade de transcrição de dados entre as aplicações, porque o dado passa a ser independente do aplicativo no qual ele é criado (os dados são mantidos de forma independente e sob uma denominação preestabelecida e padronizada). Essa definição faz com que múltiplos usuários sejam capazes de extrair e reposicionar as informações financeiras. Assim, o

próprio usuário recupera as informações financeiras pela internet e passa para o formato que desejar, de acordo com suas necessidades de análise.

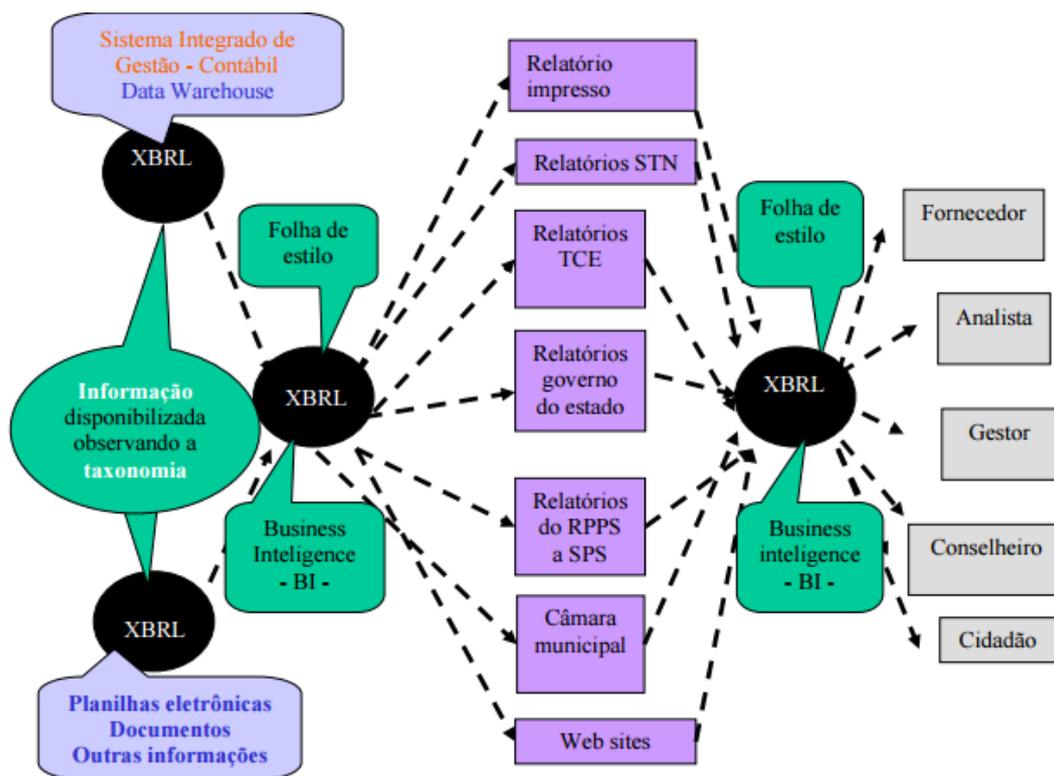
Segundo Prado, Loureiro (2005), governo eletrônico (*e-gov*) é um conjunto de plataformas tecnológicas de comunicação, informação e aplicações em uso pelo setor público, através da Internet, que visam disponibilizar informações e serviços governamentais para o cidadão. No mesmo sentido, os autores destacam a *accountability* como sendo a obrigação do gestor em prestar contas, ou seja, demonstrar o seu desempenho e o resultado das ações por ele executado, e se essas foram conduzidas de acordo com as regras e padrões estabelecidos pela lei, e assim, atestar se o mesmo está agindo com responsabilidade. Para garantir a transparência dos atos, a veracidade das prestações de contas e o efetivo controle dos atos públicos, os legisladores vêm instituindo leis com o objetivo de normatizar a transparência, nas quais podem ser citadas: a Lei Federal 9.755/98 também denominada de Lei das Contas Públicas e a Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, conhecida como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Ambas foram instituídas como instrumentos para buscar auferir uma maior transparência para gestão pública, trazendo a obrigatoriedade da publicação de uma série de relatórios e demonstrativos fiscais em meios de amplo acesso público, inclusive a internet. Além disso, LRF busca a gestão fiscal responsável com o respaldo da Lei Federal 10.028, de 19 de outubro de 2000 que altera o Código Penal Brasileiro e estabelece os crimes contra as finanças públicas e as respectivas penalidades para os mesmos e para o descumprimento das normas da LRF.

A Lei das Contas Públicas dispõe sobre a criação de página oficial de internet, pelo Tribunal de Contas da União, para divulgação dos dados e informações sobre contas públicas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, portanto, tem efeitos sobre todos os órgãos e entidades das três esferas de governo. Esta lei objetiva que todos os órgãos da federação tornem disponíveis em seus sites, e em página específica, dados e informações relativas às contas públicas, especificamente sobre:

a) tributos arrecadados; b) recursos repassados voluntariamente; c) Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO); d) balanço consolidado das contas municipais; e) orçamento do exercício; f) resumo dos instrumentos de contratos e seus aditivos; g) relação mensal de todas as compras realizadas pela administração pública. Conforme a LRF estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade

na gestão fiscal, a qual, pelo artigo 1º da lei, pressupõe ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a despesas com pessoal, renúncia de receita, dívidas e outras. Portanto, a LRF busca muito mais do que a simples transparência, visa a gestão responsável, eficiente e transparente, a qual, será alcançada pela efetiva utilização do planejamento, da tecnologia da informação e da *accountability*.

Por este raciocínio, o CFC (2003, p. 9) destaca que a LRF surgiu para regulamentar questões relacionadas à gestão pública responsável, para assegurar à sociedade que todos os entes federados obedeçam, sob pena de severas sanções, aos princípios do equilíbrio das contas públicas, de gestão orçamentária e financeira eficiente, eficaz e, sobretudo, transparente. A transparência tem por objetivo garantir a todos os cidadãos, individualmente ou por meio de diversas formas em que costumam se organizar, acesso às informações que explicitam as ações praticadas pelos governantes, ações quando prevê ampla divulgação, inclusive por meios eletrônicos e realização de audiências públicas, dos planos, diretrizes orçamentárias, orçamentos, relatórios periódicos da execução orçamentária e da gestão fiscal, bem como das prestações de contas e pareceres prévios emitidos pelos tribunais de contas. Quanto ao RPPS, este representa um fundo previdenciário, com ou sem personalidade jurídica própria. Aplica-se, exclusivamente, aos servidores públicos titulares de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ativos e inativos, e pensionistas. Deverá assegurar ao servidor público, pelo menos, os benefícios de aposentadoria.



Fonte: Desenvolvido com base em Watson (2005)

Figura 1. Modelo conceitual de interação sobre os arquivos XBRL, Watson,2005.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que há necessidade das instituições públicas e privadas padronizarem suas informações para a divulgação pela internet ou por outros meios. Por essa razão foi desenvolvido o padrão XBRL, que possibilitando assim a sua formatação de maneira compatível com a necessidade de todos os usuários, como o governo, acionistas, investidores, cidadão.

Muitos profissionais, principalmente na área pública, precisam realizar a publicação das mesmas informações em formatos diferentes e para diversos destinos, havendo repetidamente um constante retrabalho. O XBRL propõe-se a facilitar essa situação incômoda devido ao fato de que, com esta linguagem, a informação seria disponibilizada na internet uma única vez e os usuários a extrairiam na forma e necessidade desejada. Assim, gerencialmente, a informação torna-se mais confiável, tempestivamente e flexível, pois os usuários podem, através do padrão XBRL, possibilitando assim a integração em qualquer formato, word, excel, pdf, etc.,bem como,

utilizar a informação dela extraída para o sistema de BI, desta maneira permitindo a análises financeiras e econômicas de uma ou de várias instituições. Essa interação permitira uma considerável redução dos custos de se produzir e levar a informação e principalmente a sua publicação, pois evita o desperdício de tempo e de recursos públicos em redundâncias. Por isso, cabe aos órgãos reguladores do setor público realizar novas pesquisas no sentido de criar uma taxonomia para a efetiva utilização do XBRL nas organizações públicas do Brasil e pesquisar, também, as diferentes formas de utilizá-lo gerencialmente. Um exemplo a ser considerado na esfera pública é a versão do sistema Siconf - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro. Em 2017 os jurisdicionados poderão realizar a exportação dos relatórios exigidos e importar para o sistema Siconf no formato XBRL.